



GT 036. Etnografias da deficiência

Olivia von der Weid (UERJ) - Coordenador/a,
 Fagner Carniel (UEM) - Coordenador/a, Adriana
 Abreu Magalhães Dias (UNICAMP) - Debatedor/a,
 Nadia Elisa Meinerz (Universidade Federal de
 Alagoas) - Debatedor/a

Deficiência ? uma categoria em disputa, em constante reconstrução, que apresenta amplo potencial analítico, político e metodológico para a antropologia. Este grupo de trabalho visa dar continuidade às atividades desenvolvidas desde a 29ª RBA, reunindo estudos etnográficos que abordem perspectivas diversas sobre os corpos, os direitos, os fazeres, os lugares, os medicamentos, as políticas, os desejos, os prazeres, as tecnologias e as experiências de pessoas com deficiência e com doenças raras. Serão privilegiadas propostas que considerem: a) o papel dos movimentos sociais e das políticas públicas para pessoas com deficiência na construção das condições e parâmetros relativos aos direitos e cidadania, tais como cuidado, acessibilidade, inclusão escolar, vida autônoma, etc; b) narrativas e práticas de pessoas com deficiência que organizam a inserção de sujeitos concretos em diferentes coletividades; c) ensaios teóricos, realizados a partir do amadurecimento etnográfico, que problematizem a categoria deficiência pelo referencial antropológico, seja a partir dos debates contemporâneos da disciplina, seja pela articulação com categorias analíticas no diálogo com outros campos como saúde, direito, linguística, etnologia, gênero e sexualidades, raça, etnia e racismo, ciência e tecnologia, dentre outros; d) por fim, são bem vindas as reflexões sobre os desafios e adequações do/no método etnográfico, produzidas a partir das tensões encontradas no campo de pesquisa sobre a deficiência.

Tensões e (re)elaborações sobre gênero e deficiência no debate sobre aborto: reflexões etnográficas no contexto da Síndrome Congênita do Zika Vírus.

Autoria: Luciana Campelo de Lira, Fernanda Meira de Souza Roberta Bivar Carneiro Campos

A Audiência Pública sobre a Discriminação do aborto até a 12ª semana de gestação realizada pelo Supremo Tribunal Federal em agosto de 2018, ampliou sensivelmente a audiência sobre o debate público travado há décadas no Brasil em relação ao aborto. O tema foi objeto de discussões em outras instâncias, como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e vem acontecendo nos últimos anos pautado tanto na pressão por parte de grupos e organizações que lutam pelo fim da criminalização das mulheres que praticam o aborto em diferentes circunstâncias, assim como pela sua cobertura assistencial dentro no Sistema de atenção à saúde, quanto por grupos favoráveis a continuidade e mesmo endurecimento da normatização em vigor que criminaliza tal prática. O debate sobre deficiência emerge nesse contexto como elemento central para discussão do tema, tendo em vista o enfretamento de duas narrativas antagônicas, que mobilizam, de um lado, o conceito de eugenia como categoria acusatória contra a descriminalização; e, de outro modo, a partir do engajamento de pessoas com deficiência que dialogam com as bases feministas do movimento pela descriminalização, acionam noções de direito sobre o corpo das mulheres com e sem deficiência e constroem uma narrativa que se contrapõe a tais noções defendidas pelos grupos e organizações chamados de pró-vida. Em meio a esse cenário de discussões, outras tensões emergem nos contextos etnográficos específicos, como os que são objeto desse work, a saber, as mães e cuidadoras de crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Zika, especialmente mobilizadas quando da proposta de descriminalização do aborto para mulheres infectadas pelo vírus, colocada em pauta do STF em dezembro de 2016. As especificidades dessa condição e o horizonte moral no qual circulam narrativas que interseccionam feminismo e deficiência, ora contrapondo-se, ora convergindo é objeto desse work. A partir dos dados de pesquisa etnográfica realizada com mulheres mães e/ou cuidadoras de crianças com a SCZ, pretendemos refletir sobre as tensões e proliferações nas ações e discursos desse grupo de mulheres, e as possíveis interfaces entre noções de



gênero e deficiência, bem como as implicações possíveis em uma agenda política que (re)elabora a concepção de empoderamento, em sintonia e/ou contraste com os movimentos feministas.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

